

**AO JUÍZO DA XX VARA CÍVEL DA CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA
DE XXXXXXXX - DF**

Processo n.º XXXXXXXXXXXX

Fulano de tal, já qualificado nos autos, vem, por meio da DEFENSORIA PÚBLICA DO XXXXXXXXXX, por ser hipossuficiente na forma da lei, perante Vossa Excelência, **acaso não acatada a proposta de acordo constante da petição de ID XXXXXXXXX** - **que contemplou, a pedido do Executado, todo o montante indicado na inicial, a fim de viabilizar sua aceitação** - com fundamento no art. 525 e seguintes do Código de Processo Civil, apresentar

IMPUGNAÇÃO

ao pedido de cumprimento de sentença deduzido nos autos, nos seguintes termos.

I - EXCESSO DE EXECUÇÃO

Acaso não acatada a proposta apresentada - que, como dito, contemplou todos os valores indicados na inicial, a pedido do próprio Executado - imperioso se faz reconhecer o excesso de execução deduzido.

Analisando-se o pedido de cumprimento de sentença acima indicado, percebe-se que o Exequente **está a cobrar verbas sucumbenciais, sendo R\$ XXXXXX, a título de honorários e R\$ XXXXXX, a título de custas (Id nº XXXXXXXX, fl. 05).**

Ocorre que o **Executado** fora agraciado com o **benefício da justiça gratuita** - que suspendeu a exigibilidade destes créditos - em decisão que julgou os embargos de declaração opostos à sentença, acostadas aos presentes autos sob o Id nº XXXXXXXXXX.

Logo, resta evidente a existência de **excesso de execução no montante de R\$ XXXXXX**, de modo que o **valor devido seria de apenas R\$ XXXX** e não de R\$ XXXXX, como almejado pelo exequente.

II - RESSARCIMENTO EM DOBRO EM RAZÃO DA COBRANÇA JUDICIAL DE VALORES INDEVIDOS

Sendo assim, evidente se mostra a **má-fé do Exequente** ao efetuar cobrança de valores claramente indevidos - eis que **plenamente ciente da concessão da gratuidade, tanto que acostara à inicial a decisão que deferia tal benefício (Id nº XXXXXXXXX) e até mesmo mencionara tal fato em sua inicial (Id XXXXXXXXX, fl. 04) -** , justificando, destarte, a aplicação da sanção prevista no art. 940 do Código Civil que assim dispõe:

“Art. 940. Aquele que demandar por dívida já paga, no todo ou em parte, sem ressalvar as quantias recebidas ou **pedir mais do que for devido, ficará obrigado a pagar ao devedor, no primeiro caso, o dobro do que houver cobrado e, no segundo, o equivalente do que dele exigir, salvo se houver prescrição”.**

Vale destacar, ainda, no caso em comento, **a manifesta má-fé da parte Autora, eis que pleitear quantia claramente indevida, aproveitando-se da hipossuficiência do Executado.**

Aliás, o art. 17 do Código de Processo Civil estabelece como hipótese legal de caracterização de má-fé as seguintes, *litteris*:

Art. 17. Reputa-se litigante de má-fé aquele que:

I - deduzir pretensão ou defesa contra texto expresso de lei ou fato incontroverso;

II - **alterar a verdade dos fatos;**

III - **usar do processo para conseguir objetivo ilegal;**

IV - opuser resistência injustificada ao andamento do processo;

V - **proceder de modo temerário em qualquer incidente ou ato do processo;**

Destarte, imperioso se faz o deferimento da presente impugnação, não só para afastar a cobrança excessiva (R\$ XXXXX), como para determinar a compensação do valor a ela equivalente do total devido pelo Executado (R\$ XXXXXX), de modo que a execução prossiga no montante de R\$ XXXXXXXX.

III - CONCLUSÃO

Requer, outrossim, que:

- a) seja deferida a presente impugnação para declarar a abusividade da cobrança da quantia de R\$ XXXXXXXX, limitando-a ao valor efetivamente devido de R\$ XXXXX;
- b) condenar o Exequente a pagar ao Executado, nos termos do art. 940 do CCB, o correspondente à quantia indevidamente cobrada, de R\$ XXXXXXXX, a ser compensada do montante efetivamente devido, indicado no item anterior, de modo que a execução prossiga no valor de R\$ XXXXX.

XXXXXXXXX.

FULANO DE TAL

DEFENSOR PÚBLICO